



# ESTADO DE RONDÔNIA

# DIÁRIO

## DA

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 07

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2006

ANO XXIV

### SUMÁRIO

#### 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	97
6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	99
7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	102
8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	103

#### 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	106
6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	106

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

1ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	107
2ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	110
ATOS DIVERSOS.....	116

**ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA  
DA 6ª LEGISLATURA.  
Em 18 de janeiro de 2006.**

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira – Presidente**

**(Às 17 horas e 18 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT), Neri Firigolo (PT), Amarildo Almeida (PDT), Doutor Deusdete (PDT), Edison Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Maurão de Carvalho (PP), Kaká Mendonça (PTB), Chico Doido (PSB), Paulo Moraes (PL), Ronilton Capixaba (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL) e Edézio Martelli (PTN). .

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** - Havendo o número legal, em nome de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 5ª Sessão Extraordinária da 6ª Legislatura da Assembléia legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Sr. Secretário a proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)**- Senhor Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** - Fica dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.  
Ordem do dia.

Solicito então o Sr. Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciada.

### APRECIÇÃO DE MATÉRIAS

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)** - Projeto de Lei Complementar nº 081/05 – Poder Executivo 130. Cria o Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia –DEOSP/RO e dá outras providencias.

Em 2ª segunda discussão e votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão. Encerrada a discussão, em votação.

Solicito o Sr. Secretário fazer chamada nominal dos Deputados.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)** - Procedendo à chamada nominal dos Srs. Deputados.

- Deputado Nereu Klosinski	- sim
- Deputado Neri Firigolo	- sim
- Deputado Amarildo Almeida	- sim
- Deputado Deusdete Alves	- sim
- Deputado Gazoni	- sim
- Deputado Doutor Carlos	- sim
- Deputado Chico Paraíba	- sim
- Deputado Daniel Neri	- sim
- Deputado João da Muleta	- ausente

- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Ellen Ruth	- sim
- Deputado Haroldo Santos	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado Chico Doido	- sim
- Deputado Paulo Moraes	- ausente
- Deputado Ronilton Capixaba	- sim
- Deputado Everton Leoni	- sim
- Deputado Romeu Reolon	- sim
- Deputado Carlão de Oliveira	- abstenção regimental
- Deputado Edézio Martelli	- sim
- Deputado Beto do Trento	- ausente
- Deputado Renato Velloso	- ausente

Senhor Presidente, dezesseis votos favoráveis, uma abstenção regimental e sete ausências.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** - Fica aprovado o Projeto de Lei Complementar 081/05.

Vai ao Expediente.  
Matéria seguinte.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)** - Projeto de Lei Complementar 082/05 – Poder Executivo – Mensagem 131. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 224, de 4 de janeiro de 2000, no que se refere à nomenclatura, à estrutura, atribuições e competências do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia – DEVOP/RO e dá outras providências.

Em 2ª discussão e votação.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão o Projeto de Lei Complementar 082/05. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis votam SIM, os contrários votam NÃO. A votação é nominal.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)** – Procedendo à chamada nominal dos Srs. Deputados:

- Deputado Nereu Klosinski	- sim
- Deputado Neri Firigolo	- sim
- Deputado Amarildo Almeida	- sim
- Deputado Deusdete Alves	- sim
- Deputado Gazoni	- sim

- Deputado Doutor Carlos	- sim
- Deputado Chico Paraíba	- sim
- Deputado Daniel Neri	- sim
- Deputado João da Muleta	- ausente
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Ellen Ruth	- sim
- Deputado Haroldo Santos	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado Chico Doido	- sim
- Deputado Paulo Moraes	- ausente
- Deputado Ronilton Capixaba	- ausente
- Deputado Everton Leoni	- sim
- Deputado Romeu Reolon	- sim
- Deputado Carlão de Oliveira	- abstenção regimental
- Deputado Edézio Martelli	- sim
- Deputado Beto do Trento	- ausente
- Deputado Renato Velloso	- ausente

#### Segunda chamada:

- Deputado Ronilton Capixaba	- ausente
- Deputado Paulo Moraes	- sim
- Deputado Kaká Mendonça	- ausente
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado João da Muleta	- ausente
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente

Senhor Presidente, quinze favoráveis, uma abstenção regimental e oito ausências.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** - Fica aprovado o Projeto de Lei nº 082/05.

Vai ao Expediente.

Solicito ao Dr. Deusdete que anuncie, leia as matérias que vai ser votada amanhã na sessão Extraordinária de amanhã.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)** - Projeto de Lei nº 446/05 – Poder Executivo/Mensagem 88 – Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado de Rondônia, para o período de 2004-2207 – Versão Atualizada 2006-2007, nos termos do artigo 135, da Constituição Estadual, alterando para Emenda Constitucional nº 021/2001 e dá outras providências.

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

**Maria Iris Dias de Lima Diniz** - Secretária Legislativa  
**Roger Luz da Silva** - Divisão de Publicações e Anais  
**Silene Galdino Leite Reis** - Divisão de Taquigrafia

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

**Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia**  
**Palácio Teotônio Vilela**  
Rua Major Amarante s/n, Arigolândia  
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

#### MESA DIRETORA

**Carlão de Oliveira** - Presidente  
**Kaká Mendonça** – 1º Vice-Presidente  
**Haroldo Santos** – 2º Vice-Presidente  
**Chico Paraíba** – 1º Secretário  
**Ellen Ruth** – 2º Secretário  
**João da Muleta** – 3º Secretário  
**Dr. Deusdete Alves** – 4º Secretário

**Controle geral de processamento:** Roger Luz Silva.  
**Controle de fluxo de documentos:** Célia Aguiar  
**Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional:** Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.  
**Processamento de textos:** Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia e Pedro Rocha  
**Indexação e processamento de textos:** Edmilcia Martins e Fátima Albuquerque.  
**Revisão de textos:** Maria do Carmo.  
**Revisão técnica final das sessões:** Maria do Carmo.  
**Diagramação:** Robison Luz da Silva e Ana Cristina Favacho.  
**Distribuição e org. Anais:** Terezinha Dias.  
**Taquigrafia:** Ana Jóia, Elizete, Gláucia, Jô, Cida, Irene, Ceíça, Mirian, Neide, Neuza e Rô.  
**Revisão das notas taquigráficas:** Silene G. Leite Reis

- **Projeto de Lei nº 447/05** – Poder Executivo/Mensagem 89 – Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado de Rondônia para o exercício de 2006.

- **Projeto de Lei Complementar nº 072/05** – Ministério Público – Of. 1094/2005/GAB/PG – Fixa o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado de Rondônia para os exercícios de 2005 e 2006, além de outras providências.

Todos em 1ª discussão e votação Sr. Presidente.

Lida as matérias Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Solicito a Comissão de Finanças para se reunir para dar parecer nos projetos que faltam para serem votados amanhã. Que a Comissão se reúna hoje para dar o parecer e que amanhã nas primeiras horas possamos votar.

Está encerrada a sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 17 horas e 26 minutos).**

**ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA  
DA 6ª LEGISLATURA.  
Em 19 de janeiro de 2006.**

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira – Presidente**

**(Às 16 horas e 23 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT) Amarildo Almeida (PDT), Dr. Deusdete (PDT), Edson Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Maurão de Carvalho (PP), Kaká Mendonça (PTB) Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Paulo Moraes (PL), Ronilton Capixaba (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN).

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 6ª Sessão Extraordinária da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Procedendo à leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Sr. Presidente, matérias a serem apreciadas:

### APRECIÇÃO DE MATÉRIAS

- **Projeto de Lei 446** – Poder Executivo – Mensagem 88 – Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado de Rondônia para o período de 2004-2007, versão atualizada 2006-2007, nos termos do Artigo 135 da Constituição Estadual, alterado pela Emenda Constitucional nº 021/2001, e dá outras providências (Parecer favorável da Comissão de Finanças, Economia, Fiscalização Financeira e Orçamentária, com emenda supressiva - Relator Deputado Gazoni).

- **Projeto de Lei 447/2005** – Poder Executivo – Mensagem 89 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício de 2006, com substitutivo. Parecer favorável da Comissão de Finanças, Economia, Fiscalização Financeira e Orçamentária. Relator: Deputado Leudo Buriti.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** - Em discussão única o Projeto de Lei nº 446/05. Em discussão. Para discutir o Deputado Leudo Buriti.

**O SR. LEUDO BURITI** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem, público, imprensa.

A matéria que ora está em discussão, Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual, na realidade é uma matéria tão importante, eu diria, quanto o orçamento e muitas vezes não é dado pelos Poderes, diria pelos técnicos, a devida atenção, assim como o Lei de Diretrizes Orçamentária. Daqui a pouco nós estaremos votando o Projeto de Lei Orçamentária e que é muito importante, principalmente no exercício que se inicia, que seja dada também uma atenção redobrada no sentido de se discutir a LDO e o PPA que são matérias que dispõem sobre a elaboração da proposta orçamentária. A minha participação é só no sentido de dar a devida atenção, demonstrar a devida importância também que tem o Plano Plurianual que foi tão bem relatado também pelo Deputado Gazoni.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Matéria seguinte.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Poder Executivo – Mensagem nº 89 – Projeto de Lei nº 447/05. "Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício de 2006", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão. Para discutir, o Deputado Leudo Buriti, Relator.

**O SR. LEUDO BURITI** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, já na parte da manhã, na reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, eu disse da alegria de ter tido de relatar tal matéria, matéria das mais complexas e que na realidade trata-se da lei mais importante da administração pública, o orçamento do Estado de Rondônia para o exercício de 2006.

Nós gostaríamos de, neste momento, ratificar o que fizemos na Comissão, agora em Plenário registrar o nosso sincero agradecimento inicialmente à Presidência desta Casa, à Mesa Diretora da Assembléia e aos Deputados, todos os Deputados que nos ajudaram. Na realidade, o fruto hoje desse trabalho é, eu acredito que o mérito do trabalho que ora se discute é de todos os Deputados, é do Parlamento. Agradecer o chefe dos demais Poderes, o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Sebastião, pela compreensão dele e da sua equipe técnica na elaboração dos ajustes; agradecer o Procurador Geral de Justiça, Dr. Abdiel e sua equipe técnica, que nos acompanharam na elaboração dos ajustes que foram feitos e já discutidos na Comissão de Orçamento; agradecer o Tribunal de Contas na pessoa do seu Presidente, o Euler e o Conselheiro Crispim, Conselheiro Substituto que acompanhou e colaborou com os ajustes realizados no Projeto; agradecer o Poder Executivo na pessoa do Chefe da Casa Civil, o Secretário Carlos Magno, que também fez o acompanhamento por parte do Poder Executivo e ao Secretário João Carlos, do Planejamento; agradecer a Prefeitos e a Vereadores e a membros da sociedade civil organizada que participaram dos debates nas reuniões e Audiências Públicas realizadas em Ji-Paraná, em Ariquemes, em Rolim de Moura, em Guajará-Mirim e em Vilhena. E de uma forma muito especial agradecer à imprensa de Rondônia, aqueles que fazem o noticiário eletrônico, sites, as TV's de Rondônia, aos jornais escritos, as emissoras de rádio que contribuíram para que tudo isso que fosse feito, fosse feito de uma forma muito transparente, eu acredito que pela primeira vez nós conseguimos pôr na mesma mesa para discussão, uma discussão de alto nível com os chefes de todos os Poderes. E eu acredito que o trabalho que foi realizado aqui não foi para ajudar a um ou a outro, ou para prejudicar, o trabalho é muito importante para o Estado de Rondônia e eu acredito que a sociedade de Rondônia é que sai vencedora deste processo.

As minhas palavras, portanto, são de agradecimentos. Gostaria de dizer que houve significativos avanços. O orçamento que ora vai ser votado longe está de atender a todas as demandas, as necessidades públicas da coletividade, mas pelo menos é um orçamento real, dentro da realidade do Estado onde, acima de tudo, se buscou atender às prioridades, às necessidades básicas que são reclamadas pela sociedade. A Defensoria Pública, por exemplo, que inicialmente foi enviada uma proposta de onze milhões de reais, longe de fazer, de cobrir as despesas da Defensoria Pública, eu diria que sem Defensoria Pública também não se faz justiça. Ganhou aqui através de Emenda Coletiva apresentada por todos os Deputados mais quatro milhões de reais, ficando portanto com quinze milhões. Ainda não é o suficiente, mas é um avanço. E o ponto alto, além do incremento feito para entidades, por

exemplo, como o Hospital Santa Marcelina, a Casa de Saúde Santa Marcelina que ganhou uma Emenda Coletiva também de um milhão de reais, como as Escolas Famílias Agrícolas que prestam relevantes trabalhos na área da educação a filhos de agricultores, pequenos agricultores no Estado de Rondônia, que também ganhou uma emenda de um milhão de reais. Eu acho que a maior conquista neste orçamento é exatamente dos servidores públicos estaduais que não só tiveram a garantia de recursos que possibilitem o aumento, mas também nesta matéria já fica autorizado o reajuste salarial dos servidores. Então não será necessário se ouvir falar amanhã que os servidores ainda não tiveram aumento porque a Assembléia não se reuniu para votar a matéria que autorizaria este reajuste, já estão previsto os recursos, já está garantida a abertura de crédito adicional suplementar para dar esse aumento suplementar por Decreto. E aí alguém pode perguntar: "Mas quanto que é o percentual que vai ser dado?" O percentual não caberá a nós discutir, o que ficou certo é que o Governo já tinha assumido um compromisso público de dar 10%(dez por cento) aos servidores, isso já está garantido, é daí para mais que está garantido na presente matéria. Também foi colocada uma Emenda Coletiva que garantirá a isonomia da Polícia Militar, uma luta de todos os Deputados, da Deputada Ellen Ruth aqui também foi garantida. Então eu acredito que os avanços foram muitos, o orçamento não é perfeito, longe está da perfeição, também ainda é uma coisa muito tímida naquilo que a sociedade espera, mas foi feito acima de tudo de forma muito transparente, muito democrática, sentando à mesma mesa o Presidente do Poder Legislativo e os Srs. Deputados, seus membros, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal de Contas, o Procurador Geral de Justiça e o Governador do Estado.

Então, amanhã ou depois, ninguém, ou mesmo qualquer membro da sociedade civil organizada jamais poderá dizer que essa matéria não foi discutida, não foi do amplo conhecimento público. Eu acho que o princípio da publicidade previsto no artigo 37 da Constituição brasileira nunca foi tão obedecido, nunca foi tão respeitado como foi na discussão desta matéria aqui na Assembléia Legislativa. Eu reitero, não tenho notícia de que algo desta natureza tenha acontecido em qualquer unidade da Federação, sem qualquer exagero, não tenho notícias de que um Parlamento se deslocou aos municípios, às regiões para estudar as diferenças regionais, inclusive a Assembléia Legislativa fez isso, a imprensa noticiou isso e os membros dos Poderes de uma forma muito sensata, Srs. Deputados, possibilitaram fazer os ajustes já divulgados desde ontem através da imprensa de Rondônia.

Na pessoa dos Deputados Daniel Neri Presidente desta Comissão, do Deputado Chico Paraíba, 1º Secretário aqui da Assembléia, do Deputado Haroldo Santos e do Presidente da Assembléia Carlão de Oliveira, que acompanharam de perto, que contribuíram para que esse debate fosse possível, os meus sinceros agradecimentos a todos os Deputados desta Casa. A matéria que está sendo discutida e votada daqui a pouco é fruto do trabalho coletivo.



Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Ainda para discutir, o Deputado Daniel Neri. O Deputado Daniel Neri se encontra ausente. Passamos a palavra ao Deputado Chico Paraíba.

**O SR. CHICO PARAÍBA** – Sr. Presidente, de fato, ouvindo as palavras do relator, o Deputado Leudo Buriti, a Lei Orçamentária de 2006 foi uma lei bastante discutida com todos os segmentos da sociedade. Houve avanços em diversas áreas, inclusive os Deputados, através de Emendas Coletivas, é bom que se diga que todo o contingenciamento foi em virtude de discussões, principalmente com referência ao artigo 15 da Lei de Diretrizes Orçamentária que tornava como base o arrecadado no ano de 2004, depois de um consenso, a reserva de contingência ficou determinada dentro de cada Poder e cada Poder através de suas instituições encaminhará projetos de leis para a Assembléia, principalmente na questão do uso das verbas contingenciadas.

Eu queria dizer que foi um avanço muito grande. Eu acho são os poucos orçamentos, inclusive Rondônia avançou bastante nessa questão, uma vez que as verbas de contingências ficavam no orçamento do Estado e é bom que se diga que o Estado, pelo menos nesses anos que a gente tem acompanhado, que tem usado o orçamento dos diversos Poderes, a Assembléia Legislativa não tem conseguido liberar seus recursos orçamentários, o Ministério Público não tem conseguido liberar seus recursos orçamentários, o Tribunal de Justiça não tem conseguido liberar todos seus recursos orçamentários na sua totalidade e assim também o Tribunal de Contas.

Então, eu queria de antemão dizer que de fato esta convocação extraordinária, mesmo no mês de janeiro, contribuiu, e muito, para que esta discussão realmente chegasse a esse nível e muitas desigualdades de fato foram corrigidas na Lei Orçamentária. É importante se dizer que de fato o Governador que propalou o aumento dos servidores, agora já tem a autorização, ou seja, se o Governador quiser, sancionando o orçamento o mais rápido possível, não vai ser necessário encaminhar outro projeto para esta Casa, porque ele já tem autorização para dar o aumento dos servidores. E dizer que de fato que foi muito importante a discussão deste orçamento em janeiro, porque se criava uma série de barreiras de que votar o orçamento em janeiro estava emperrando o desenvolvimento do Estado. Isso não é verdade. O Congresso Nacional ainda não conseguiu votar o seu orçamento e todos sabem que a própria lei faz com que as instituições possam usar o duodécimo da proposta orçamentária até que o orçamento seja votado, mas será votado hoje.

Então eu queria também dizer que de fato os diversos avanços na verdade aconteceram em diversas áreas, o problema da questão no Cone Sul onde todos os Deputados apresentaram diversas emendas sobre a questão de construção de silos e secadores, a questão da autorização, ou seja, de

emendas coletivas para construir fóruns em diversas localidades, emendas coletivas que deram apoio à Escola Família Agrícola, emendas coletivas que deram apoio a própria Defensoria Pública, onde nós defendemos desde a primeira discussão que seria necessário no mínimo 1%, para que a Defensoria pudesse funcionar e o Governador vetou através da Lei de Diretrizes e nós derrubamos o veto e ficamos surpresos porque no mesmo ano legislativo o Governador encaminhou uma nova proposta ainda falando sobre o mesmo assunto. Levamos essa questão, para os Defensores que inclusive cabia uma ação, porque não se podia legislar na mesma matéria no mesmo ano, mas mesmo assim não se conseguiu atender o suficiente que os Defensores, tinham um ganho na lei de diretrizes, mas ficou em torno de quinze milhões e quinhentos mil, e diversas outras áreas com a contribuição de todos os Deputados. Então a gente queria dizer que de fato esses avanços, é importante senhor Presidente, importante que houve a participação de todos, indistintamente os 24(vinte e quatro) Deputados participaram da discussão da Lei de Orçamento. E de fato o Presidente Carlão de Oliveira, eu acho que nesses mandatos que teve aprendeu muito, porque tem momentos que a gente chega quase a perder a paciência, mas o Deputado Haroldo, meu companheiro em alguns momentos perdemos a paciência, o Deputado Chico Paraíba, o Deputado Leudo Buriti, mas isso faz parte do processo democrático. E um outro projeto que está sendo votado logo depois, o Presidente vai convocar uma outra sessão, é a questão do projeto que fala do subsídio do Ministério Público, então a todos os parlamentares, o nosso agradecimento, a Casa, a imprensa que realmente acompanhou todos os passos que foram dados nesta Casa e dizer que de fato em fevereiro nós possamos voltar com um orçamento que a meu ver, foi um dos orçamentos que mais se discutiu em todos os anos. Aos meus companheiros Parlamentares só tenho a agradecer, porque nós não viajamos esse tempo todo e esperamos que em fevereiro Deus nos dê coragem para enfrentar mais uma luta, mais uma guerra que é exatamente ter que se submeter a cada quatro anos a um processo eleitoral que não é fácil, então aos meus companheiros o meu muito obrigado e que Deus proteja a todos, não é fácil ser político, o processo democrático está aí aberto e eu sempre torci que todos os segmentos sociais se candidatem, seja de todas as áreas para ver que não é fácil, fazer política na situação que nós encontramos, principalmente nas desigualdades sociais que o nosso país vive. Obrigado a todos.

**O SR. LEUDO BURITI** – Questão de Ordem Sr. Presidente?

Só para reiterar uma situação, quer dizer, eu acabei esquecendo, fiz isso na Comissão de Orçamento, nos agradecimentos. Agradecer aos funcionários aqui da Casa, toda a equipe técnica da Assembléia, da Secretaria Legislativa, do Departamento de Apoio a Produção Parlamentar, na pessoa do Adair, que realmente foi um exemplo de servidor neste período todo, aos sábados, aos domingos, às noites, nós trabalhamos. Só para o senhor ter uma idéia, nós estamos aqui desde quinta-

feira da semana passada trabalhando nesses ajustes, que são muitos os números. Então, na pessoa dele, eu gostaria de agradecer a todos os servidores que se empenham, que é o caso da maioria, para que o nosso trabalho tenha o resultado que tem essa matéria nesse instante.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** - Fica registrado Sr. Deputado.

Solicito ao Deputado Chico Paraíba para registrar as pessoas que se encontram no nosso meio.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** - Nós queríamos registrar a presença do Dr. Josué Duleiva de Farias, Secretário Geral do Ministério Público e a Drª. Vera Ferraz, Promotora de Justiça do Estado, Sr. Presidente, e os Defensores Públicos que estão aqui presentes também, os Bombeiros e demais categorias que nós deixamos de falar ou relatar as suas presenças.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Encerrada a discussão, passamos a votação. Em discussão Única e Votação o Projeto de Lei 447/05. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente sessão, convoco outra sessão extraordinária para aprovar o Projeto de Lei Complementar 072/05.

**O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário)** – Sr. Presidente queremos registrar também a presença do Dr. Sebastião Teixeira, Presidente do Tribunal de Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** – Deputado Haroldo V.Exª., fala na última sessão convocada.

Está encerrada a sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 16 horas e 49 minutos).**

**ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA  
DA 6ª LEGISLATURA  
Em 19 de janeiro de 2006.**

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira – Presidente**

**(Às 16 horas e 50 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT), Amarildo Almeida (PDT), Doutor Deusdete (PDT), Edison Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Maurão de Carvalho (PP), Kaká Mendonça (PTB), Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Paulo Moraes (PL), Ronilton Capixaba (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN).

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Havendo número legal sob a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 7ª Sessão Extraordinária da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6ª Legislatura.

Solicito ao Secretário proceder a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Sr. Presidente, solicito de V. Exª. a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Fica dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

Solicito ao Secretário proceder à leitura da matéria a ser apreciada.

#### **APRECIÇÃO DE MATÉRIAS**

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Projeto de Lei 072/05 – Ministério Público – Fixa o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado de Rondônia para o exercício de 2005 a 2006, além de outras providências.

Parecer conjunto favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, e Comissão de Finanças e Orçamento com substitutivo.

Relator Deputado Ronilton Capixaba.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em 1ª discussão e votação o Projeto Lei Complementar 072/05. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis votam SIM, os contrários votam NÃO.

Solicito ao Sr. Secretário proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Procedendo à chamada nominal dos Srs. Deputados.

- Deputado Nereu Klosinski	- sim
- Deputado Neri Firigolo	- ausência justificada
- Deputado Amarildo Almeida	- sim
- Deputado Deusdete Alves	- sim
- Deputado Gazoni	- ausente

- Deputado Doutor Carlos	- sim
- Deputado Chico Paraíba	- sim
- Deputado Daniel Neri	- sim
- Deputado João da Muleta	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- sim
- Deputada Ellen Ruth	- sim
- Deputado Haroldo Santos	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Leudo Buriti	- sim
- Deputado Chico Doido	- sim
- Deputado Paulo Moraes	- sim
- Deputado Ronilton Capixaba	- sim
- Deputado Everton Leoni	- sim
- Deputado Romeu Reolon	- sim
- Deputado Carlão de Oliveira	- abst. regimental
- Deputado Edézio Martelli	- sim
- Deputado Beto do Trento	- ausente
- Deputado Renato Velloso	- ausente

Senhor Presidente, dezenove votos favoráveis, uma abstenção regimental e quatro ausências.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Fica aprovado em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar 072/05. Vai a 2ª discussão e votação.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** - Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, convoco outra sessão para apreciar em 2ª discussão esse Projeto que foi votado nesta sessão.

Está encerrada a sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 16 horas e 56 minutos).**

**ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA  
DA 6ª LEGISLATURA.  
EM 19 de janeiro de 2006.**

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira – Presidente.**

**(Às 16 horas e 57 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT), Amarildo Almeida (PDT), Dr. Deusdete (PDT), Edison Gazoni (PDT), Doutor Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Maurão de Carvalho (PP), Marcos Donadon (PMDB), Kaká Mendonça (PTB), Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Ronilton Capixaba

(PL), Paulo Moraes(PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PL).

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Havendo número legal sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 8ª Sessão Extraordinária da 6ª Sessão Extraordinária da 6ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário, proceder a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Senhor Presidente, solicitamos de V. Exª. a dispensa da leitura da Ata anterior.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.  
Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário, proceder a leitura da matéria a ser apreciada.

**APRECIÇÃO DE MATÉRIAS**

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** - Projeto de Lei Complementar nº 072/05 – Ministério Público – Ofício nº 1094/05/GAB/PG – Fixa o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado de Rondônia para os exercícios de 2005 e 2006, além de outras providências.

Parecer conjunto das Comissões Pertinentes, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** – Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 072/05. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis votam "SIM" os contrários votam "NÃO".

Solicito ao Sr. Secretário fazer a chamada nominal dos senhores Deputados.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Procedendo à chamada nominal dos senhores Deputados.

- Deputado Nereu Klosinski	- sim
- Deputado Neri Firigolo	- ausência justificada
- Deputado Amarildo de Almeida	- sim
- Deputado Deusdete Alves	- sim
- Deputado Gazoni	- ausente
- Deputado Doutor Carlos	- sim
- Deputado Chico Paraíba	- sim
- Deputado Daniel Neri	- sim
- Deputado João da muleta	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- sim
- Deputada Ellen Ruth	- sim
- Deputado Haroldo Santos	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim

- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado Chico Doido	- sim
- Deputado Paulo Moraes	- sim
- Deputado Ronilton Capixaba	- sim
- Deputado Everton Leoni	- sim
- Deputado Romeu Reolon	- sim
- Deputado Carlão de Oliveira	- abst. reg.
- Deputado Edézio Martelli	- sim
- Deputado Beto do Trento	- ausente
- Deputado Renato Velloso	- ausente

Senhor Presidente, (dezoito) votos favoráveis, (uma) abstenção regimental e (cinco) ausências.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** – Fica aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 072/05, Vai ao Expediente.

Com a palavra o Deputado Haroldo Santos.

**O SR. HAROLDO SANTOS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, servidores, senhoras e senhores que nos assistem, imprensa. Concluindo esses trabalhos dessa Convocação Extraordinária, acredito que tenhamos cumprido o nosso papel. Mas gostaria de tratar alguns assuntos rápidos.

Sr. Presidente, quando eu tive o problema de saúde, véspera de natal, fui ao Hospital do Coração fazer alguns exames e mesmo nessa dificuldade de saúde tive a oportunidade de encontrar também fazendo exames, o Ministro das Minas e Energia, e sentados ali na fila de espera ele me garantiu uma notícia muito interessante que já foi divulgada na imprensa que é a certeza de lançamento do Edital de Licitação das Usinas do Rio Madeira, isso significa vinte bilhões de reais, e mais do que isso, significa que a maior cidade de Rondônia, também a cidade que tem mais problemas e mais desempregados vai ter uma oportunidade muito grande de geração de emprego, e eu gostaria de conclamar a todos nós, que no retorno fizéssemos um documento conjunto para dar o título de cidadão ao Presidente da República, ao Ministro das Minas e Energia, ao Presidente de Furnas e ao Presidente da [Odebrecht](#). Essas autoridades tiveram a coragem de decidir; sabemos do ciúme do Acre, não somos culpados de não ter água, de não ter pedra, de não ter os acidentes naturais que tanto faz de Rondônia esse Estado promissor. Mas a coragem daquelas autoridades em dar essa condição, é claro que também é pela necessidade de energia no Brasil. E quero agradecer a todos os Deputados, a todos que por unanimidade tem ajudado o Estado de Rondônia dá um grande exemplo à nação brasileira, quando aprovou na sua Constituição que os valores a serem gastos com a Educação, deverão passar de 25% para 30%, mas de forma paulatina para que não haja impactos, quer seja nas estradas, nos benefícios dos agricultores e nem na saúde. Sabemos que nenhum país se faz sem educação, e novamente o Estado de Rondônia com seus Deputados dá um grande exemplo, eu quero agradecer a todos, quero parabenizar

pela magnitude, pela leveza de pensamento da Presidência, do relator, dos servidores, dos Poderes que discutiram o orçamento. Demos um grande exemplo ao Estado e a nação onde a raiva não foi componente de discussão do orçamento, mas sim o valor maior da nossa população. Gostaria de conclamar aos colegas que também no retorno começasse a discussão da questão do recesso, para que possamos diminuir nosso recesso, exemplo já dado na Câmara Federal, são discussões, são temas atuais e que esta Casa que sempre discute, às vezes até na frente do Congresso Nacional, acredito que vai discutir também a questão do tamanho do recesso e a questão das indenizações das convocações Extraordinárias, a exemplo que já demos, quando tiramos o auxílio-moradia do nosso salário, é um exemplo que pode ser analisado também pelos demais Poderes, e aqui pelos nossos amigos da Defensoria. Sabemos que o que fizemos foi pouco, porque a Defensoria não pode existir num Estado somente com acusação, tem que ter o acusador e o defensor. A Defensoria ainda está vivendo de favores de outros órgãos e a Defensoria tem que ser altruísta, tem que ser superior, tem que ser esse instrumento de defesa dos menos favorecidos, mas acreditamos que nesse primeiro passo com certeza já na próxima Lei de Diretrizes Orçamentária poderemos melhorar mais.

E concludo Sr. Presidente pedindo, sabemos que as criticas que nos fizeram, que os nossos adversários nos criticaram, isso não aumentou em nada as suas competências, fizeram talvez somente com o objetivo de nos diminuir, mas a população é sábia, e sabe que mesmo com essas críticas nada dos nossos adversários melhorou a sua competência e que Deus possa dar acima de tudo a todos nós muita sabedoria nos trabalhos que vão se reiniciar no dia 15 de fevereiro.

Obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** - Com a palavra o Deputado Paulo Moraes.

**O SR. PAULO MORAES** – Sr. Presidente, demais membros da Mesa Diretora, Srs. Deputados, Sra. Deputada. Neste momento, praticamente ao findar as discussões existentes sobre alguns projetos polêmicos e principalmente o projeto que tratava do orçamento deste ano do Estado de Rondônia. Nós não poderíamos também, em nome do PL, nos quedarmos silente, e deixarmos de parabenizar não só a Presidência da Comissão de Finanças, mas todos os membros das Comissões que atuaram nos trabalhos deste projeto e como bem disse o Deputado Haroldo; através do diálogo, através da conversa, através da razão se chegou a um denominador comum onde talvez pela primeira vez na história, não só desta Casa, mas na história do Estado de Rondônia, se conseguiu reduzir alguns orçamentos sem brigas ou sem qualquer quirela. Logicamente que isto é o fruto de um amadurecimento e de uma concepção muito grande de que o Estado de Rondônia tem que estar acima de qualquer Instituição. Mas também queria neste momento pedir ao Deputado Haroldo e sei da boa intenção do Deputado Haroldo, já antecipadamente dizer ao



Deputado Nereu Klosinski de que não vai nada de ordem pessoal quanto ao PT, mas nós não podemos nos afobar, nós não podemos passar a carroça como se diz no jargão popular, a carroça na frente dos bois, eu acho que é cedo, muito cedo para se tentar dar um título de cidadão deste Estado para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois não tem feito absolutamente nada pelo Estado de Rondônia.

Mais uma vez as vésperas de uma eleição temos visto e acompanhado anúncio de grande obras neste Estado, que não só nesse Governo do Presidente Lula, mas em outros governos também não saíram do papel. E relembro ao Deputado Haroldo Santos, que nas eleições passadas quando andávamos por aí todos nós, nós ouvíamos o então senador Rubens Moreira Mendes dizendo que os problemas dessas usinas e os problemas das pontes do Rio Madeira e do Abunã eram problemas solucionados porque ele já tinha alocado os recursos no orçamento da União para se fazer essas obras tão importante para o Estado de Rondônia, nada mais que pura que ladainha, ladainha de campanha, mentira das mais descaradas e agora em meados desse mês se fala mais uma vez em construção das usinas e das pontes, nós somos sim favoráveis a essa moção, ainda muito mais, qualquer tipo de procedimento por esta Casa, não só esse título de cidadão honorário, mas depois que nós pudermos ver, e aí conclamo aos Deputados para analisarmos isso com toda isenção de ânimos, depois que nós todos juntamente com o povo de Rondônia virmos os primeiros tijolos, os primeiros sacos de cimento, os primeiros ferros das construções, acampamento das empresas se instalando para construção das pontes e para construção das usinas, dessa forma sou totalmente favorável, mas não podemos como diz, nos anteciparmos a esse tipo de procedimento, eu acho que nós temos que ter esse amadurecimento. Queria aqui Sr. Presidente, já que na hora de proferir o meu voto, mas sem querer criar nenhuma polêmica, com toda certeza esta não é a nossa intenção, mas quando também ouvir o Deputado Haroldo Santos dizer, que esta Casa dar um exemplo para o Estado de Rondônia onde corta na própria carne e tira o auxílio moradia dos Deputados, não fez o mesmo com o Ministério Público, não fez o mesmo com o Ministério Público e nós inclusive votamos favoravelmente agora há dois, três minutos atrás, não concebemos, mas não havíamos como votar contrário porque estava no bojo do projeto onde se concedia também o aumento salarial de direito sagrado dos senhores Promotores, mas não concordamos e fazemos questão de deixar consignado aqui neste momento que não concordo, não concordo com o auxílio-moradia dado aos Promotores de Justiça e cabe não tão somente a esta Casa, mas cabe a todos os órgãos fiscalizadores deste Estado lembrar que a maioria dos Promotores tem casa própria, tem casa própria, moram em residências próprias, a cidade do interior tem residência para os senhores Promotores de justiça e esta verba é única e exclusivamente e tem que ser assim, direcionada para o pagamento de casa, de aluguel de casa, salvo engano essa gratificação é de três mil reais. Com toda

certeza a maioria dos Deputados aqui são do interior e aí que eu digo tem que fiscalizar. Duvido que se encontre uma casa no valor de três mil reais no interior do Estado, casa boa no interior do Estado, lá na nossa Ariquemes, lá em Ji-Paraná, lá em Alta Floresta, lá em Ministro Andreazza, lá em Ouro Preto, em Jaru, a melhor casa que existe se paga dentro da cidade, de aluguel, é oitocentos reais ou mil reais, e esse é um perigo e nós temos que ter essa visão para que o dinheiro não se esvaia nos ralos também da corrupção e do desvio dos recursos. Votamos como diz, entendo o salário ser justo, mas isso estava no bojo e nos éramos totalmente contrário por isso fizemos questão de virmos aqui, para consignarmos o nosso pensamento e a nossa visão no tocante a esse auxílio-moradia, portanto ao finalizar aqui, quero dizer que estamos entrando num ano eleitoral, todos nós candidatos estamos vendo mil promessas por aí, alguns ou a maioria querendo ficar na Assembléia, ou como Deputado Federal, ou Senador, outros querendo vir para cá, mas eu espero que seja uma campanha como tem que ser, de forma civilizada, aqueles que estão fora e que querem entrar que tenham juízo, as coisas não são como alguns andam fazendo por aí, como o ex-Senador Rubens Moreira Mendes falando desta Casa, onde ele é funcionário Sr. Presidente, e mais uma vez cobro da Mesa Diretora, a cedência dele terminou no dia 31 de dezembro e ele deveria estar aqui Secretario chico Paraiba, trabalhando desde o dia 2 de Janeiro, não vi este senhor aqui na Assembléia, não vi, não me consta que esteja de férias, não me consta que esteja de licença, é fantasma, os fantasmas que eles falam pelas rádios e por aí que existe na Assembléia, ele é o primeiro, e dos fantasmas bem gordo, é aquele mesmo Senador da 2166, que também queria voto, foi nos agricultores mentindo que o problema do,s agricultores já estava resolvido com a Medida Provisória 2166, iludiu, iludiu, iludiu e é por isso que eu sou contra o título de cidadão, Deputado Haroldo, não só para o Presidente Lula, mas para o Ministro de Minas e Energia, porém se realmente realizarem logicamente que vão ter nosso apoio, com a maior tranqüilidade, e melhor ainda, com a maior satisfação e prazer, porque não vai melhorar só a vida do povo de Porto Velho, não vai melhorar a vida do cidadão Paulo Moraes, ou de outro, do Deputado Everton Leoni, ou do Gazoni, ou da Deputada Ellen que são daqui de Porto Velho, eu entendo que melhorará a vida de todo o povo da região Norte deste País. Então eu queria Sr. Presidente, ao finalizar dizer aos companheiros que nós tenhamos muito cuidado, muita cautela ao aprovarmos esse tipo de Projeto.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a presente sessão da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6ª Legislatura.

Está encerrada a sessão.

Encerrou a pauta e o período de convocação.

Está encerrada esta sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 17 horas e 18 minutos).**

**ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIEXTRAORDIA DA  
5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINARIA  
DA 6ª LEGISLATURA.  
Em 28 de dezembro de 2005.**

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira – Presidente**

**(Às 10 horas e 13 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Amarildo Almeida (PDT), Dr. Deusdete (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Maurão de Carvalho (PP), Kaká Mendonça (PTB) Leudo Buriti (PTB), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC).

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Havendo número legal, sob a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 5ª Sessão Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura.

Solicito à Sra. 2ª Secretária proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

**A SRA. ELLEN RUTH(2ª Secretária)** – Sr. Presidente, peço que seja dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Fica dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito a Sra. 2ª Secretária proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

**APRECIÇÃO DE MATÉRIAS**

**A SRA. ELLEN RUTH(2ª Secretária)** - Projeto de Lei Complementar nº 074/05 – Poder Executivo

– **Mensagem 108 – EMENTA:** Institui a Gratificação de Incentivo Técnico Operacional no âmbito do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia – DEVOP, e dá outras providências.

– **Projeto de Lei Complementar nº 067/05** – Poder Executivo – Mensagem 087 – EMENTA: Dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos e inativos de todos os Poderes, incluindo os militares, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas e pensionistas do Estado de Rondônia.

– **Proposta de Emenda Constitucional nº 020/05** – Poder Executivo – Mensagem 102 – EMENTA: Dá nova redação ao artigo 128, da Constituição Estadual.

– **Projeto de Lei nº 489/05** – Deputado Carlão de Oliveira – EMENTA: Declara de Utilidade Pública a Associação Madre Assunta-Marchtti, em Porto Velho.

– **Projeto de Lei nº 422/05** – Ministério Público – Of. Nº 622/05 – EMENTA: Altera dispositivos da Lei nº 720, de 03 de julho de 1997.

Sr. Presidente, temos Projetos que ainda não tem parecer das Comissões.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Então, tendo em vista que as matérias não têm parecer e tem que incluir na pauta para a Sessão seguinte. Então, fica convocada para o prazo de meia hora outra Sessão para discutirmos essas matérias que foram anunciadas agora.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a Sessão.  
Está encerrada esta Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 14 minutos).**

**ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINARIA  
DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINARIA  
DA 6ª LEGISLATURA.  
Em 28 de dezembro de 2005.**

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira – Presidente**

**(Às 11 horas e 24 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Amarildo Almeida (PDT), Dr. Deusdete (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Haroldo Santos (PP), Maurão de Carvalho (PP), Kaká Mendonça (PTB) Leudo Buriti (PTB), Everton Leoni (PRONA), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC).

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** - Havendo numero legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 6ª Sessão Extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário fazer a leitura da Ata da Sessão anterior.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Procedendo à leitura da Ata da Sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas por esta convocação.

**APRECIÇÃO DE MATÉRIAS**

**O SR.CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** - Requerimento – Deputado Chico Paraíba – Requer ao Governo Estadual informações referentes á CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

Matérias a serem apreciadas. Sr. Presidente.

– **Projeto de Lei Complementar nº 067/05** - Poder Executivo Mensagem nº 087 – Dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos e inativos de todos os Poderes, incluindo os militares, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas e pensionistas do Estado de Rondônia, com substitutivo. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão. Encerrada a discussão, em votação.

A matéria exige quórum qualificado, será voto nominal. Solicito ao Sr. Secretário fazer a chamada dos Srs. Deputados.

Os Deputados favoráveis votam SIM, os contrários votam NÃO.

**O SR.CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Procedendo à chamada nominal dos Srs. Deputados:

- Deputado Nereu Klosinski	- ausente
- Deputado Neri Firigolo	- ausente
- Deputado Amarildo Almeida	- presente

- Deputado Deusdete Alves	- presente
- Deputado Gazoni	- ausente
- Deputado Doutor Carlos	- ausente
- Deputado Chico Paraíba	- presente
- Deputado Daniel Neri	- presente
- Deputado João da Muleta	- presente
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Ellen Ruth	- ausente
- Deputado Haroldo Santos	- presente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Kaká Mendonça	- presente
- Deputado Leudo Buriti	- presente
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Paulo Moraes	- ausente
- Deputado Ronilton Capixaba	- ausente
- Deputado Everton Leoni	- presente
- Deputado Romeu Reolon	- ausente
- Deputado Carlão de Oliveira	- presente
- Deputado Edézio Martelli	- ausente
- Deputado Beto do Trento	- presente
- Deputado Renato Velloso	- ausente.

**Segunda chamada:**

- Deputado Nereu Klosinski	- ausente
- Deputado Neri Firigolo	- ausente
- Deputado Gazoni	- ausente
- Deputado Doutor Carlos	- ausente
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Ellen Ruth	- ausente
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Paulo Moraes	- ausente
- Deputado Ronilton Capixaba	- ausente
- Deputado Romeu Reolon	- ausente
- Deputado Edézio Martelli	- ausente
- Deputado Renato Velloso	- ausente.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** - Fica suspensa por 10 minutos esta Sessão para ver se chegam todos os Deputados.

**(Às 11 horas e 32 minutos é suspensa a sessão, reabrindo às 11 horas e 35 minutos).**

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Está reaberta a sessão. Tendo em vista que não tem quórum para deliberar, com ausência dos Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, antes de encerrar a presente sessão fica convocada outra para o dia 16 de janeiro.

**O SR. AMARILDO ALMEIDA** – Senhor Presidente, eu acho que tinha que convidar, que tem muitos Deputados que não estão aqui, mas estão fora.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Mas todos os Deputados sabem, Deputado Amarildo...

**O SR. AMARILDO ALMEIDA** – O Deputado Leudo está aqui, o Deputado Kaká, o Deputado Ronilton está chegando aí, tem muitos Deputados, nós poderíamos votar pelo menos o negócio do IPERON.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Deputado, V.Ex<sup>a</sup> é uma pessoa preocupada, está aqui fazendo o seu dever...

**O SR. AMARILDO ALMEIDA** – Mas está sendo pago, tem uma série de coisas, o Deputado Leudo já acabou de chegar, o Deputado Kaká está aqui do lado, tem outros Deputados, o Deputado Martelli está na Casa, não justifica, vamos votar pelo menos esse negócio do IPERON, senão vai trazer um prejuízo grande para o Estado e V.Ex<sup>a</sup>, eu entendo, está certinho, mas

nós estamos aqui desde manhã, muitos Deputados estão aqui desde manhã, vamos justificar isso aí.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – É Emenda Constitucional, precisa de 16 votos.

**O SR. AMARILDO ALMEIDA** – Mas tem 16 Deputados na Casa.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Nós temos só 12(doze) Deputados aqui na Casa, não tem Deputado, nem vou atrás de Deputado. Fica comunicado que haverá convocação de outra Sessão Legislativa Extraordinária para o período de 16 de janeiro à 14 de fevereiro de 2006.

Deputado Amarildo, que dar tempo de todos os Srs. Deputados voltarem para Casa.

Está encerrada esta Sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 11 horas e 37 minutos).**

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA.  
Em 15 de fevereiro de 2006.**

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira - Presidente**

**(Às 9 horas e 30 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT), Amarildo Almeida (PDT), Dr. Deusdete (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Ellen Ruth (PP), Kaká Mendonça (PTB), Pulo Moraes (PL), Ronilton Capixaba (PL), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN) e Beto do Trento (PSDC)).

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 1ª Sessão Ordinária e instalada a 4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura. Está aqui à Mesa o representante do Governador, Sr. Secretário da Fazenda, Sr. José Genaro.

Convido para compor à Mesa Exm<sup>o</sup>. Sr. Desembargador Sebastião Teixeira Chaves; Exm<sup>o</sup>. Desembargador Gabriel Marques de Carvalho Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Exm<sup>o</sup>. Sr. Conselheiro José Euler Potiguar de Melo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Sr. Abdiel Ramos Figueira Procurador Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia; Exm<sup>o</sup>. Sr. João Carlos Gonçalves Ribeiro Secretário de Planejamento e Coordenação Geral SEPLAN.

Concedo a palavra ao Exm<sup>o</sup>. Sr. José Genaro, representando o Governador.

**O SR. JOSÉ GENARO** – Excelentíssimo. Senhor Presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira, na pessoa do qual eu cumprimento todas as autoridades da Mesa, senhores Deputados, senhoras e senhores.

Para nós é um motivo de satisfação hoje estar aqui, representando o Sr. Governador do Estado. Nós que estamos Secretário de Estado de Finanças, e no qual temos mostrado, ao longo do tempo, que nossas contas é preciso manter em dias. E estamos hoje com alegria dizendo que o Estado resgatou a credibilidade em relação ao funcionário público, em relação ao fornecedor, em relação à Secretaria do Tesouro aonde não se cumpria metas. Hoje a gente diz com bastante alegria que somos recebidos na Secretaria do Tesouro como referência nacional.



Gostaria de neste momento passar as mãos do Sr. Presidente, a mensagem do Sr. Governador, ela é um pouco extensa, para nós com certeza esperamos um ano bastante calmo, um ano que a gente acredita que a normalidade conclamamos a todas as autoridades aqui do Estado para que a gente conjuntamente possa elevar cada dia mais o nosso Estado, uma pujante estrela como ele é. Um grande abraço a todos e um bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** – Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

#### EXPEDIENTE RECEBIDO

**O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário)** – Senhor Presidente, senhores Parlamentares, representantes das instituições aqui presentes de todos os Poderes. Passamos a ler a Mensagem nº 20, de 15 de fevereiro de 2006.

“Excelentíssimo Sr. Presidente e demais Membros da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. A cerimônia que hoje nos reúne destina-se para mim, conferir cumprimento ao estabelecido no artigo 65, inciso IX da Constituição do Estado de Rondônia e nos termos do artigo 2º, inciso I da Resolução nº. 32, de 21 de agosto de 1990, que aprova o Regimento Interno desta Augusta Casa Legislativa, onde tenho a honra de apresentar a minha Mensagem na abertura da primeira sessão legislativa ordinária alusiva ao quarto ano da sexta legislatura, na qual faço uma síntese sobre a Gestão do Governo em 2005 e apresento Plano de Governo, contemplando desenho das proposituras de políticas públicas para o exercício fiscal do ano de 2006.

O marco regulatório, norteado do Plano de Governo para 2006 está fundamentado nas disposições contidas em nossa LDO-2006, no que se refere às metas fiscais, previstas para o exercício em curso, numa seqüência harmônica com os programas e ações de governo detalhados no PPA 2004-2007, basicamente na versão estratificada para o exercício de 2006, os quais serão cumpridos a rigor da norma constitucional.

Sob esse contexto, faço uma breve exposição sobre a Gestão de Governo em 2005 - porquanto maiores e melhores detalhes estarão sendo ofertados por ocasião da apresentação das contas do governo a serem protocoladas simultaneamente nesta Casa de Leis e no Tribunal de Contas Rondônia até 60 dias após a abertura desta sessão legislativa, conforme estatuído em nossa Constituição Estadual e os programas e ações a serem implementados em 2006, abrangendo as áreas: social, econômica e infra-estrutura, ambiental e institucional com destaque àqueles que, sem dúvida, terão os melhores benefícios para a sociedade rondoniense”.

Senhor Presidente, lemos aqui a mensagem nº 20, e solicito de V.Exª que possa dar como lido toda esta documentação que é bastante extensa senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** – Passemos as Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos.

Passemos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Chico Paraíba, para saudar os visitantes aqui que fazem parte da nossa primeira sessão.

#### GRANDE EXPEDIENTE

**O SR. CHICO PARAÍBA** – Senhor Presidente, senhores Parlamentares, imprensa aqui presente, companheiros funcionários que nos prestigiam na abertura dos trabalhos de 2006. Nós temos a honra de cumprimentar todos os Poderes aqui representados, o Dr. Sebastião representando o Poder Judiciário. O Dr. Abdiel Ramos, representando o Ministério Público, o senhor Genaro, Secretário de Fazenda, representando o Exmo. Senhor Governador do Estado, o senhor João Carlos, Secretário do Planejamento que também aqui está presente.

Nós queríamos dizer senhor Presidente que nós iniciamos mais um ano legislativo, o ano de 2006 onde o Estado

de Rondônia terá dois bilhões, setecentos e oitenta e dois milhões de reais para serem executados, a peça orçamentária analisada por esta Casa. De qualquer maneira assegurou a Assembléia Legislativa, cento e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e setenta e três reais. O Tribunal de Contas, quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa mil, quatrocentos e cinquenta reais, o Tribunal de Justiça, duzentos e vinte e seis milhões, trezentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais e o Ministério Público, oitenta e seis milhões e oitocentos mil reais. É bom que se diga que este orçamento houve uma importante inovação, que foi a questão da emenda modificativa que apresentamos, subscrita por todos os Parlamentares, emenda esta que a reserva de contingência somente poderá ser utilizada mediante autorização legislativa, exceto em caso de abertura de crédito extraordinária nos termos do artigo 44 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ao valor da reserva de contingência prevista no artigo 24, da Lei nº 1.507 de 22 de julho de 2005, fica acrescentado um montante de oitenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e noventa reais, deduzidos das seguintes unidades orçamentárias. A Assembléia Legislativa no valor de sete milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais. O Tribunal de Contas no valor de quatro milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais. O Tribunal de Justiça no valor de cinquenta e dois milhões, duzentos e treze mil, trezentos e cinquenta reais. E o Ministério Público no valor de vinte e quatro milhões e duzentos mil reais, a utilização da reserva descrita no parágrafo anterior se dará através da abertura de créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa, podendo os chefes do Poderes e Instituições acima descritos solicitar ao Poder Executivo a referida autorização.

Nós queríamos deixar claro, senhores Deputados, e público presente que de fato isto foi um grande avanço na lei orçamentária, porque cada Poder terá a sua reserva de contingência, mas já alocada para cada Poder e mediante a autorização legislativa todas essas autorizações poderão ser propostas pelas instituições que terão as suas reservas.

Queria, também deixar claro que outra emenda aditiva importante, por isso que a gente está resumindo que o Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito suplementares para reforço de dotações orçamentárias destinada ao pagamento de pessoal, encargos sociais para suprir insuficiências das referidas dotações em decorrência de reajuste salarial concedido no transcorrer do exercício financeiro, utilizando-se dos recursos disponíveis na forma do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Então, a Assembléia Legislativa já antecipou, autorizando o Governador fazer e abrir créditos suplementares no caso de reajuste salarial. Então a nosso ver de fato houve um avanço muito grande, principalmente neste aspecto, levando em consideração, Sr. Presidente, que também apresentamos diversas emendas coletivas assegurando recursos para reajustes salarial das diversas categorias. Ou seja, os servidores da Secretaria do Estado da Saúde, já tem quarenta e três milhões assegurados para seus reajustes salariais. Como também a conclusão de obras de hospitais, como São Francisco, Vale do Paraíso, Vale do Anari, São Filipe e Urupá.

Eu acho que essas correções foram avanços conseguidos e sugeridos por toda esta Casa, por todos os Parlamentares, principalmente no início de um ano legislativo para não criar nenhum impedimento e, às vezes o Executivo atribui a demora ao Legislativo e o Legislativo atribui também ao Executivo.

Foram destinados também vinte milhões para melhoria salarial dos policiais militares e civis. Outro avanço muito grande, que é bom que se diga, foi com referência a questão da independência financeira da Defensoria Pública. Então as Defensorias Públicas tem, nós aprovamos a lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu fui o relator e asseguramos 1% de recursos para as Defensorias, que dava em torno de vinte e quatro milhões de reais. O Governador vetou, nós derrubamos o veto



e chegou uma nova proposta onde se amarrou nesse novo projeto e as Defensorias teriam de 0,5% a 1%. Mas aprovamos mais uma emenda de quatro milhões de reais, reforçando a autonomia financeira da Defensorias Públicas que dá em torno de quatorze milhão e meio. Então Sr. Presidente, essas informações que nós estamos prestando são exatamente porque a peça orçamentária, muitas vezes, não é esclarecida, muitas vezes a população não tem conhecimento dos avanços e dos direitos que se tem até porque cabe ao Poder Legislativo analisar a peça orçamentária e encaminhar ao Poder Executivo. Ha muitas distorções, eu vou só citar uma aqui como exemplo: nós estivemos visitando a região do Cone Sul e verificamos que hoje o setor agrícola do Brasil está atravessando problemas sérios e quem têm pago a conta de todos os planos de governos, em todas as gestões tem sido a Agricultura. Eu tenho visto, o dólar baixa todo dia, mas os insumos, ou seja, os produtos adquiridos pelos agricultores, pelo contrário, não baixam nada. A exemplo disso, uma arroba de boi há mais de dois anos atrás custava em torno de R\$47,00 no Estado de Rondônia, hoje está custando R\$ 39,00, mas não baixou a vacina, não baixou o arame, não baixou adubos, inseticidas e assim sucessivamente. Quem têm pago a conta do País, desses planos aí, são os agricultores do Brasil. Vocês estão vendo que o agronegócio participa com mais de 30% do PIB, de toda a riqueza nacional, em compensação os produtos dos agricultores não têm preço. Dizem que a cesta básica baixou, mas os produtos agroindustriais não baixaram coisíssima nenhuma. Baixou o arroz, baixou o feijão, baixou o milho, baixaram os produtos hortifrutigranjeiros e também o boi. E eu estou vendo aqui os nossos Secretários... Nós aprovamos a criação do IDARON, criamos uma série de taxas para realmente fazer com que Rondônia se posicionasse no mercado internacional, e hoje está aí, o boi, que nós chamávamos o "boi verde", que era o boi da esperança, o boi da solução do Estado de Rondônia, mas está sendo o "boi cinza", o boi da escuridão porque de fato o boi está se escondendo porque não tem preço. Mas nós aumentamos os custos para os agricultores, aumentamos a carga, porque ele é quem tem que pagar, e o agricultor, com licença da palavra, me desculpem a expressão, "está lascado, lascado".

E nós estamos vendo aí a situação que os agricultores de Rondônia estão enfrentando, queria colocar aqui na frente de todos, tem que ser uma política de governo, viu Sr. Secretário de Fazenda. A cigarrinha começou pelo Cone Sul do Estado e está matando os bois e o pasto, e os agricultores estão vendendo suas terras, começando por lá. É uma infestação que está comendo todos os bois. E eu lembrei de uma historinha, eu cheguei numa casa de um agricultor e eu disse: - meu amigo, o que aconteceu aqui que o senhor tinha 12 gansos e agora só tem um? Ele disse: - está vendo isso aí, está tudo no bucho dele. Eu tive que vender todos os outros para dar milho para esse daqui. A cigarrinha comeu todos os outros.

Então a cigarrinha está comendo todos os bois, principalmente do Cone Sul. Se não se desenvolver um programa de governo para resolver essa questão da cigarrinha no Estado de Rondônia vai morrer boi de fome. Isso eu estou falando porque nesse período de recesso, Secretário, eu tive a oportunidade de visitar o Estado de Rondônia e estou verificando que esta infestação é gravíssima. Sem contar da miserabilidade que estão vivendo os agricultores porque seus produtos não têm preço. E por isso que sugerimos lá no Cone Sul, porque a agricultura é mais mecanizada, cinco milhões para a construção de silos e secadores naquela região. Senhor Secretário, só quem tem secadores e silos na região do Cone Sul são os grandes proprietários e os pequenos proprietários ficam a desejar tendo que pegar a sua produção e não tendo como concorrer com aqueles que têm silos e secadores.

Então as nossas palavras são palavras resumidas. Queríamos desejar a todos os representantes de Poderes as nossas saudações, as nossas felicitações. Este ano vai ser um ano complicado porque é o ano eleitoral e você sabe, falar em política em Rondônia, eu até me arrepio porque eu tenho

passado por bons bocados e a gente tem de fato sofrido na pele as dores, e já que o Dr. Gabriel está aqui, me desculpe, que agora está lá na Presidência do TER, eu pediria a V.Ex<sup>a</sup> que neste momento, neste ano a lei do bom senso fosse de fato internalizada por todos nós. Porque hoje é muito fácil acabar com um político, hoje nós estamos vendo aí, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup>, pelo respeito que eu tenho, como sei, sou sabedor, o senhor como um bom nordestino, como uma pessoa que tem equilíbrio e tem bom senso. Analise essas questões, porque se duas ou três testemunhas assinar duas ou três declarações denunciando que o político fez isso, aquelas pessoas quando são ouvidas na Promotoria e no juiz, às vezes, são pessoas arquitetadas pelos adversários, a lei diz quem fala no Ministério Público e no Judiciário aquilo virou verdade porque o cabra fez um juramento de falar a verdade. E realmente, são muitas pessoas condenadas inocentemente.

Eu queria dizer para V.Ex<sup>a</sup> que o Deputado Chico Paraíba, graças a Deus, realmente a gente sempre falou com equilíbrio e com respeito às pessoas. Eu fui denunciado agora no TER, Sr. Presidente, por um processo que já foi arquivado e transitado e julgado. Pois o processo arquivado, transitado e julgado emprestou declarações para abrir uma denúncia contra o Chico Paraíba. Só para o senhor ter uma idéia esse processo tem quase seis anos. Eu nunca fui ouvido na minha vida e nem notificado, mas já se recebeu a denúncia de um processo arquivado, transitado e julgado, emprestando provas por declarações de adversários que, sou sincero com o senhor, nunca fui ouvido na minha vida, só agora. Então nós não podemos neste ano, Dr. Gabriel... a responsabilidade de V. Ex<sup>a</sup> é muito grande, eu já até pensei que política, desculpe a expressão, quem tem vergonha na cara tem que pensar se vale à pena ser político, porque eu no banco dos réus, sendo inclusive avaliado naquela fase inquisitória, sabendo que na minha consciência não tem nada e um processo arquivado com mais de seis anos servir para emprestar prova e você ter que gastar com advogado, aí a gente tem que pensar em fazer outras coisas, porque como é que vai pagar advogado uma vida inteira, para se defender? Eu não estou fazendo aqui nenhum desabafo, eu não estou fazendo aqui nenhuma questão com emocionalismo. Eu estou falando que esse momento eleitoral é muito complicado.

É muito fácil, Dr. Gabriel, denunciar pessoas. Junta duas testemunhas, pega declaração, o cara reavaliar aquilo lá e o cabra está lascado. E eu sei que o senhor, pelo que eu conheço, na realidade é uma pessoa de muita maturidade e esse ano vai ser um ano complicado. A lei eleitoral, Deputada Ellen Ruth, eu não sei como que ela está, mas é muito fácil, se eu montar um escritório de advogados só para montar esquema para caçar político não vai sobrar nenhum. Então eu queria aqui aproveitar, eu sei que esse não é o momento, mas pelo respeito que eu tenho pelo senhor, pelo respeito que eu tenho pelo Judiciário e pelo Ministério Público eu não posso perder essa oportunidade no início legislativo, num ano complicado que V.Ex<sup>as</sup> que são grandes sabedores, ninguém chega a nenhum Poder se não tiver a competência que V.Ex<sup>as</sup>, têm, mas esse ano tem que ter muita tranqüilidade, tem que analisar a questão de bom senso e eu espero que V.Ex<sup>as</sup> que estão aqui presentes nos prestigiando possam entender o momento que nós estamos vivendo.

Eu agradeço ao senhor Presidente por essa oportunidade, eu queria dizer aos nobres Parlamentares que, realmente nós cumprimos com o nosso papel na questão orçamentária, eu espero mais uma vez, e por isso que estão aqui presentes os representantes do governo que não façam pelo amor de Deus, das emendas, palanque para que a gente possa mentir lá nos nossos Municípios.

Graças a Deus este ano, pela menos no terceiro ano para o quarto ano está havendo uma sinalização de liberar algumas coisas, mas durante os quatro anos foi difícil, e não é só a questão dos Deputados estaduais não, é a questão dos Deputados Federais, se o Parlamento Brasileiro tivesse a coragem e soubesse a importância do Poder Legislativo, essas

Emendas Parlamentares que representam menos de 2% no orçamento, seja Estadual ou Federal teriam que ser impositivas, obrigados, porque as emendas de qualquer maneira não prejudicam nenhum desenvolvimento orçamentário porque são insignificantes, só para se ter uma idéia: Num orçamento de dois bilhões, quinhentos e vinte e nove milhões do ano passado, Sr. Presidente, nós estamos brigando para liberar em torno de doze milhões, doze milhões que é o orçamento que foi aprovado para os Deputados o ano passado, eram vinte e quatro milhões, houve uma negociação que depois era um milhão para cada Deputado e terminou em quinhentos e vinte e nove mil, isso é uma insignificância em relação do tamanho do orçamento que a gente tem. E a Bancada Federal tem falado com os Deputados Federais e os Senadores, é a mesma coisa lá em Brasília. Nós chegamos as nossas comunidades e dissemos: - Olha, aprovamos essa emenda tal. Aí cria aquela expectativa, faz aquela festa, a gente come as galinhas dos coitados que colocam para a gente pensando que vai sair alguma coisa e depois fica a gente com o narigão igual ao Pinóquio e eles xingando a gente, porque prometemos as coisas e não cumprimos.

Eu queria que V.Exa. esse ano, o companheiro João Carlos que está na Secretaria de Planejamento, pelo pouco contato que tive com V.Ex<sup>a</sup>, pelo menos eu entendi que o senhor entende de orçamento, porque todas às vezes, a peça orçamentária que chegou aqui atribuíram a culpa aos Deputados. Eu lembro quando o Sr. Governador, com todo respeito, pregou nos quatro cantos que nós superestimamos o orçamento. E não é verdade. Todos os orçamentos superestimados que vieram para cá, o projeto foi de iniciativa do Executivo, mas a gente não fala muito e não esclarece as coisas. Então, é bom que a gente, no início do mandato, nesse ano turbulento que possamos colocar os pingos nos "i". Eu quero deixar claro aqui: Mandato para mim foi uma coisa que o povo me deu. Eu toda vida sobrevivi com mandato, sem mandato, eu ganhava na EMATER R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e minha mulher nunca passou fome, nem minha família, eu estou ganhando muito bem e eu não tenho vergonha de amanhã, se eu deixar de ser, mas eu vou cumprir o meu papel. Jamais aqui, nesta Casa, deixei de ter o poder de independência, o que é bom para o povo conta com Chico Paraíba, o que é ruim para o povo Chico Paraíba vota contra. Então tem sido esse o meu posicionamento. Agradeço a Deus por ter me dado essas oportunidades que não são fáceis, a luta que a gente teve para sobreviver e chegar aqui, Dr. Gabriel, eu até achei interessante, cheguei à sala do Presidente, ele estava olhando umas fotografias e dizendo: - "olha, esse é nordestino; esse é não sei de que". Eu já sei, disse: "conhece pelo pescoço, porque as pessoas sofridas, amarguradas da vida representam as intempéries de toda a sua existência".

A vocês meus companheiros, aos nossos Poderes aqui representados, podem contar com o Chico Paraíba. Eu fui durante os meus dois mandatos uma pessoa que fiz de tudo para ajudar todos os Poderes, seja o Poder Executivo, seja o Poder Legislativo, seja o Ministério Público, o Tribunal de Contas, isso eu posso falar nos quatro cantos, todo ganho orçamentário que os Poderes tiveram nesses dois mandatos, contaram com a colaboração do Chico Paraíba, porque eu entendo que para as coisas funcionarem bem os Poderes têm que ser independentes e harmônicos. E respeito é uma coisa que todos nós devemos ter, e respeito a gente aprende em casa lá com a nossa mãezinha, às vezes analfabeta, mas que transmite para nós, que quem tem vergonha não faz vergonha a ninguém, a gente tem que nascer respeitando para ser respeitado.

Que Deus me proteja, que proteja a todos vocês e que esta sessão, mais uma vez, seja sem sombra de dúvida uma abertura, uma lição, uma perspectiva de esperança e de muita paz. Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Encerrado o Grande Expediente.

Queremos aqui registrar a presença da Exm<sup>a</sup> Sra. Cláudia Carvalho, Vice-Prefeita do Município de Porto Velho,

Exm<sup>o</sup> Sr. Promotor de Justiça, Josoaldo Leite de Farias, Secretário Geral do Ministério Público. Registrar também a presença do Conselheiro Edilson; Conselheiro José Gomes; da Ex-Governadora, Dra. Janilene.

Quero comunicar aos Srs. Deputados, após a sessão plenária a Escola do Poder Legislativo fará a divulgação do calendário semestral das atividades do corrente ano.

Não há Ordem do Dia. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos e antes de encerrar essa sessão, quero convidar todos os presentes, Srs. Deputados, Senhores. Autoridades que se fazem presente aqui para a inauguração do nosso restaurante e um coquetel. Quero agradecer a todas as autoridades que estão aqui presentes.

E nada mais a tratar, invocando a proteção de Deus declaro encerrada essa sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 10 horas e 16 minutos).**

**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
Em 16 de fevereiro de 2006.**

**Presidência dos Srs.  
Carlão de Oliveira – Presidente  
Chico Paraíba – 1º Secretário**

**(Às 9 horas e 30 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT), Dr. Deusdete (PDT), Edison Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Maurão de Carvalho (PP), Kaká Mendonça (PTB), Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Paulo Moraes (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC), Renato Velloso (PPS).

**SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira)** – Havendo número legal sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 2ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário)** – Procedendo à leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

**EXPEDIENTE RECEBIDO**

**01 - Mensagem nº 018**, de 10 de Fevereiro de 2006. Excelentíssimos Senhores Membros da Assembléia Legislativa, tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "altera o artigo 10, da lei nº 1040, de 23 de janeiro de 2002".

**02 - Mensagem nº 019**, de 10 de Fevereiro de 2006. Excelentíssimos Senhores Membros da Assembléia Legislativa: Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-se-me o dever de informar a V. Exas., que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta

Assembleia Legislativa, o qual "altera e acrescenta dispositivos ao artigo 2º, da Lei nº 989, de 17 de junho de 2001", encaminhado a este Executivo com a Mensagem nº 230/2005, de 27 de dezembro de 2005.

**03 – MENSAGEM Nº 135/05** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "institui a disponibilidade de opção bancária para recebimento de salário".

**04 – MENSAGEM Nº 001/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "institui o Exame Simulado do Ensino Médio do Estado – Simulado, na Rede Pública Estadual de Ensino Médio".

**05 - MENSAGEM Nº 002/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas e creches mantidas ou conveniadas com o Estado, manter alimentação diferenciada aos diabéticos em sua merenda escolar".

**06 - MENSAGEM Nº 003/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a criar a Bolsa de Apoio à Produção Literária".

**07 - MENSAGEM Nº 004/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a criar o Concurso Cultural Escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino".

**08 - MENSAGEM Nº 005/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a substituir os quadros das escolas da rede estadual de ensino".

**09 - MENSAGEM Nº 006/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "institui a obrigatoriedade do ensino básico da língua espanhola na Rede Estadual de Ensino Público".

**10 - MENSAGEM Nº 007/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "dispõe sobre a concessão de bolsa universitária aos acadêmicos ingressos em cursos de graduação das instituições públicas de ensino superior do Estado de Rondônia".

**11 - MENSAGEM Nº 008/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "dispõe sobre medidas a serem adotadas em caso de evasão escolar ou reiteração de faltas injustificadas de crianças ou adolescentes em estabelecimento de ensino".

**12 - MENSAGEM Nº 009/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "autoriza o Poder a criar o Programa Estudo e Trabalho".

**13 - MENSAGEM Nº 010/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Contra Abuso Sexual de Alunos Menores – PROCASEX, para atender alunos da rede pública estadual de ensino".

**14 - MENSAGEM Nº 011/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "institui avaliação de docentes e alunos egressos do nível médio na Rede Estadual de Ensino Público e Privado".

**15 - MENSAGEM Nº 012/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar na *internet*, informações relativas aos atos, contratos e licitações, no âmbito do Poder Executivo".

**16 - MENSAGEM Nº 013/06** – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que "dispõe sobre a isenção da

taxa de inscrição em vestibular de instituição de ensino superior no Estado de Rondônia".

**17 – Ofício nº 979/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/474/05, referente à Indicação nº 1389/05, de autoria do Deputado João da Muleta.

**18 – Ofício nº 978/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/463/05, referente à Indicação nº 1378/05, de autoria do Deputado Kaká Mendonça.

**19 – Ofício nº 977/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/464/05, referente à Indicação nº 1379/05, de autoria do Deputado Kaká Mendonça.

**20 – Ofício nº 969/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/470/05, referente à Indicação nº 1385/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

**21 – Ofício nº 968/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/473/05, referente à Indicação nº 1388/05, de autoria do Deputado João da Muleta.

**22 – Ofício nº 967/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/472/05, referente à Indicação nº 1387/05, de autoria do Deputado Amarildo de Almeida.

**23 – Ofício nº 966/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/465/05, referente à Indicação nº 1380/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

**24 – Ofício nº 972/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/421/05, referente à Indicação nº 1345/05, de autoria do Deputado Leudo Buriti.

**25 – Ofício nº 971/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/437/05, referente à Indicação nº 1352/05, de autoria do Deputado Beto do Trento.

**26 – Ofício nº 976/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/466/05, referente à Indicação nº 1381/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

**27 – Ofício nº 975/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/469/05, referente à Indicação nº 1384/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

**28 – Ofício nº 974/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/467/05, referente à Indicação nº 1382/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

**29 – Ofício nº 973/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/438/05, referente à Indicação nº 1353/05, de autoria do Deputado Beto do Trento.

**30 – Ofício nº 980/05** – COTEL, em resposta ao Of. P/475/05, referente à Indicação nº 1390/05, de autoria do Deputado João da Muleta.

**31 – Ofício nº 023/05** – EMATER/RO, em resposta ao Of. S/432/05, referente ao Requerimento nº 743/04, de autoria do Deputado Chico Paraíba.

**32 - Requerimento de vários Sindicatos.** Os Sindicatos que abaixo subscrevem, reunidos na sala de reunião da Assembleia Legislativa, por deliberação unânime, vêm respeitosamente a ilustre presença de Vossa Excelência, requerer que se digne autorizar a realização de Audiência Pública às 15 horas do dia 06 de março do corrente ano, para que na mesma se discuta a transposição dos servidores do Estado para o quadro da União.



SINDLER, SINTERO, SINSDET, SINDSAÚDE, SIMPORO, SINSEMPRO, SINJUR, SINDAFISCO, SINDIFISCO.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Passemos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Haroldo Santos, por 20 minutos, com aparte.

### GRANDE EXPEDIENTE

**O SR. HAROLDO SANTOS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, senhores servidores, minhas senhoras e meus senhores. Um abraço particular ao Roberto Cupê que também está no meio de nós.

Sr. Presidente não pudemos participar ontem dos trabalhos de abertura deste Parlamento, uma comissão desta Casa estava acompanhando o Secretário de assuntos para o nível superior do MEC, professor Manoel Palácios, juntamente com o Deputado Leudo Buriti e o Deputado..., estivemos em Ji-Paraná, Rolim de Moura e Cacoal, comunidade bastante feliz no lançamento da Faculdade de Engenharia, do Centro de Tecnologia de Ji-Paraná e esta Casa teve a sua participação nesta luta. Também muitos agradecimentos a ELETRONORTE e outras entidades que estão ajudando. Mas ficamos felizes de estarmos também presentes na construção deste Centro de Tecnologia em Ji-Paraná porque era um grande anseio de toda aquela comunidade, principalmente da juventude. Então estivemos ontem com o Deputado Gazoni, com o Deputado Leudo e a minha pessoa, juntamente com o Reitor Ene Glória, com vários pró-reitores e os diretores dos Campus. Fomos até Cacoal e a comitiva ainda foi até Vilhena. E, durante o recesso parlamentar, Sr. Presidente, incumbiu-me V. Ex<sup>a</sup>. de participar em Fortaleza, da reunião dos Presidentes de Assembleias Legislativas do País. Reunião extremamente positiva, liderada pelo Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo e fomos todos bem recebidos pelo Marcos Caos, Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Algumas coisas extremamente positivas foram decididas ali, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão dos recessos parlamentares e das indenizações, dos pagamentos das convocações extraordinárias.

Houve uma decisão, por unanimidade dos presidentes ali presentes de atender esse clamor da população do Brasil e tão bem discutido na imprensa nacional e na imprensa regional de cada Estado. Peço a V. Ex<sup>a</sup>. que discuta com todos os Deputados a possibilidade de darmos urgência na votação dessas matérias, pois eu acredito que é bastante interessante para esta Casa e vem de interesse da população do Estado de Rondônia. Nós demos um grande exemplo, alguns Estados estão decidindo seguir o Estado de Rondônia que é quanto a questão do cancelamento, do nosso auxílio moradia. Esse exemplo também é interessante e é importante que a imprensa comece a discutir esse tema. Só para vocês terem uma idéia, a economia que a Casa faz é de cerca de setecentos mil reais. E esse valor é suficiente para dar manutenção em todos os equipamentos, em todos os veículos da PM. Ou seja, a PM teria disponibilidade de, às vezes, até o dobro ou o triplo de viaturas rodando diariamente. Então, essa foi uma das principais decisões e bem como as assembleias também tem seus poderes que devem ser mais exercidos por nós.

Quanto a questão dos municípios, temos problemas sérios com a divisa com o Acre, onde três comunidades esperam, Tarilândia, e muitos outros municípios esperam ser criados. Estou dando entrada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também para que se discuta uma PEC nesse sentido, para que consigamos chamar a atenção dos nossos Deputados Federais e Senadores para resolver essa questão que não é só problema de Rondônia, é problema do Brasil inteiro. Eu gostaria de parabenizar a bancada federal do Estado de Rondônia, os oito Deputados Federais, os três Senadores, pela interferência na questão da paralisação da Br 364, nessa questão ambiental,

nessa questão dos madeireiros, dos toreiros, dos agricultores. E, gostaria de sugerir que a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura formassem uma comissão conjunta para acompanhar de perto esse assunto. Eu acho que é fundamental a participação da Assembleia, pois é um tema que garante emprego, é um tema que garante renda, é um tema que garante imposto para o Estado de Rondônia e a Assembleia não pode ficar fora desse assunto. Portanto, sugiro aos presidentes das comissões de Agricultura e Presidente da Comissão de Meio Ambiente que, unidos, trabalhem esse assunto de forma a conseguirmos uma solução, que é o documento que eu encaminhei aos Deputados Federais e Senadores, sugerindo que ali também, na região de Ariquemes, na Floresta Nacional de Bom Futuro, ali no município do nosso irmão, do nosso Deputado Romeu, onde dezenas e centenas de famílias podem ser desapropriadas simplesmente por decisões de burocratas de Brasília.

O IBAMA já reconheceu que quando da demarcação daquela área ocupou uma área muito superior ao que estabelecia o documento que criava as linhas demarcatórias. E se a gente fizer a compensação, onde o IBAMA aumentou a área e a área que é ocupada pelos posseiros vamos ver que é praticamente a mesma coisa. O IBAMA, portanto, não precisaria fazer, tirar uma família sequer, mas precisaria fazer uma adequação ao perímetro daquela floresta nacional e aí teríamos a paz e teríamos a conservação do meio ambiente, usando tão somente o bom senso, usando tão somente a sabedoria. E gostaria muito que os nossos Deputados Federais convencessem ao pessoal do Ministério do Meio Ambiente para que venha discutir esse assunto ambiental, não sob a ótica da ideologia, mas sob a ótica da ciência, do bom senso, da sabedoria e acima de tudo do patriotismo, que é fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento do País e de Rondônia. Portanto, Srs. Deputados, estamos extremamente felizes de estarmos retornando aos trabalhos, o ano passado tivemos dificuldades, tivemos problemas, mas a Casa tem dado exemplos, se erramos podemos acima de tudo consertar o erro e seguir por um caminho de justiça e prosperidade, é isso que o povo espera de cada um de nós.

Muito obrigado.

**(Às 9 horas e 54 minutos o Sr. Deputado Carlão de Oliveira passa a Presidência ao Sr. Deputado Chico Paraíba).**

**O SR. PRESIDENTE(Chico Paraíba)** – Ainda no Grande Expediente, vinte minutos permitindo apartes, o Deputado Romeu Reolon.

**O SR. ROMEU REOLON** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores que nos assistem. O que me traz a esta Tribuna hoje é uma questão que vem preocupando Rondônia, e quero lembrar aqui que o Deputado Haroldo comentou, é sobre esse assunto que realmente nos preocupa hoje no Estado de Rondônia. Ontem estive acompanhando uma Comissão dos Madeireiros de Ariquemes e da região junto ao IBAMA aqui em Porto Velho para ver, para conseguir uma solução para o caso dos madeireiros.

Rondônia tem sido uma vítima dos órgãos do Meio Ambiente e eu acredito que tem que ter uma sensibilização por parte das autoridades competentes, por parte do Governo do Estado mas principalmente do Governo Federal para que olhe Rondônia com bons olhos. Sabemos, nós não queremos a ilegalidade, mas nós queremos condições para que o toreiro, para que o madeireiro passe trabalhar e pelo que eu conheço o setor desde o início já começou errado, sabemos que os madeireiros pagavam a reposição florestal ou faziam o plantio das árvores, mas a maioria dos madeireiros pagaram a reposição e nós não sabemos aonde foi o dinheiro que Rondônia pagou para a reposição florestal e a culpa hoje está sendo em cima, em cima das pequenas empresas e dos toreiros que vem sofrendo e vem sendo penalizados, principalmente agora



com o apoio do Poder Judiciário, não bastava o IBAMA, agora o Poder Judiciário vem massacrando também com certas medidas, com certas liminares os pequenos produtores, os pequenos trabalhadores do setor madeireiro da nossa região. Então nós queremos uma decisão da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, mas uma decisão concreta que possa dar condições, nós não queremos que seja feito fora da lei, que o trabalho dos toreiros seja fora da lei, mas nós queremos uma solução e um projeto que venha ampará-los, porque hoje estamos numa situação difícil em Rondônia, a pecuária está em baixa, o setor produtivo, a agricultura vem sofrendo queda, e agora com o setor madeireiro vai terminar com o nosso Estado, nossa arrecadação vai aumentar o número de pessoas desempregadas no nosso Estado, então nós queremos realmente chamar atenção e queremos que à Assembléia, os nossos colegas aqui se unam e realmente vamos pressionar a Ministra do Meio Ambiente, pressionar o Governo Lula para que realmente tome uma medida concreta em relação ao setor madeireiro, que será o fim do Estado de Rondônia se ocorrer aquilo que está pregando o setor, o meio ambiente para o Estado de Rondônia. O que nós queremos é a legalização dos toreiros, hoje todo sitiante tem ainda uma reserva ambiental, tem madeira no seu sítio, tem madeira no pasto que está apodrecendo e não tem condições de retirar essa madeira, porque se ele colocar um caminhão num Jerico, ele vai para a cidade, ele vai preso, preso o caminhão que se ele fosse um bandido. Então o IBAMA, o Meio Ambiente ele prefere que apodreça essa madeira na roça, no pasto ou no próprio mato do que ele venda e faça dinheiro e gere recursos e emprego para o nosso Estado, eu acho isso uma tremenda de uma burocracia, entendeu? e acreditamos que existe um meio. A nossa proposta ontem junto ao IBAMA de Rondônia, ao IBAMA de Porto Velho, seria que ele facilitasse um projeto para que o pequeno agricultor recebesse as TPF's para ele transportar essa madeira e vender, para não deixar se perder essa madeira, porque a maioria dos pequenos toreiros, não as grandes empresas, as grandes empresas têm condições de fazer projetos, tem condições de por, de negociar junto ao IBAMA, mas os pequenos não têm condições. Então nós acreditamos que existe como o Meio Ambiente, como o IBAMA fazer pequenos projetos para os pequenos agricultores, aqueles que tem uma reserva ainda nas suas terras e que está se perdendo essa madeira, que tem mato, que tem condições de preservá-la para que eles possam adquirir as TPF's e que ele possa vender essa madeira e transportar essa madeira até as madeiras que vai ajudar muito na renda do Estado de Rondônia, porque Rondônia ainda existe os pequenos produtores, aqueles que levantam este Estado, aqueles que fazem o comércio local e que geram divisas para o Estado de Rondônia. Então nós precisamos realmente, a preocupação é muito grande e hoje os pequenos, os toreiros, a categoria dos toreiros, dos pequenos madeireiros está sendo tratada como bandidos em Rondônia e não como trabalhadores. Ninguém está puxando tora do mato por gostar daquilo, por esporte, ele está se submetendo a um serviço difícil para o sustento de sua família, porque realmente ele não tem outra saída, o nosso Estado não tem muita saída para emprego, então esse emprego é uma necessidade dele, é para puxar o pão para a sua família e parece que querem acabar com isso, parece que querem desemprego no Estado. Então eu peço, principalmente aos Deputados do PT, Nereu, para que interceda junto a nós, junto a categoria à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para que realmente não pense só na preservação, não só nos macacos de Rondônia, não só nos bichinhos do mato, que pense no bicho homem também, entendeu? Naqueles bichinhos que tem que comer e que tem que sustentar a sua família, porque realmente eles estão preocupados com todas as espécies, menos com a espécie humana e nós precisamos se preocupar com a espécie humana, com o desemprego, com a favela que está se criando em Rondônia já pela falta de atenção aos produtores de Rondônia. Então eu peço realmente para à Assembléia, se una e venha em defesa dessa categoria.

Seriam essas as minhas palavras e meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE(Chico Paraíba)** – Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Klosinski, vinte minutos permitindo apartes.

**O SR. NEREU KLOSINSKI** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente e a população, representante da sociedade que participam desta Sessão Legislativa. Nós estamos reiniciando mais uma vez o período legislativo e gostaríamos de fazer algumas considerações em relação ao trabalho desta Casa para que a gente possa buscar da melhor forma possível, alternativas que garantam o desenvolvimento do nosso Estado e é claro o bem estar da sociedade de uma maneira geral. Eu gostaria inicialmente, só para responder ao Deputado Romeu Reolon, nós sempre estivemos e estamos preocupados enquanto Partido dos Trabalhadores, na busca de garantir através do desenvolvimento sustentável, através do planejamento todas as soluções para o nosso Estado de Rondônia. O problema, Deputado Romeu, é que isso, hoje leva a culpa o Lula, leva a culpa a Marina Silva de várias coisas, no entanto é legislação ainda de 1998 que agora alguém faz ou determina o cumprimento. Então são ações que ocorrem e sem dúvida nenhuma, disse o Deputado Haroldo Santos anteriormente, que é de envolvimento de toda a Bancada Federal na busca de uma alternativa, porque nós sem dúvida nenhuma jamais vamos defender que todos sejam condenados, você tem que buscar o cumprimento da lei, mas que ela não seja prejudicada. Então eu acho que esse é o ponto importante, eu acho que esta Casa já tem demonstrado em várias vezes que buscou soluções para vários impasses. E eu quero aqui até relembra alguns, principalmente porque a gente vai começar esse período com mais uma ação interessante. Então eu gostaria de lembrar, que em 2003 foi com a participação efetiva da Assembléia Legislativa que nós conseguimos reunir, Ministério Público, Governo do Estado, Procuradoria, e que buscou a solução na época da reintegração dos demitidos. Teve essa participação fundamental dessa Casa, e não é do Nereu e nem do Deputado Chico Paraíba e do Edézio Martelli, é uma participação efetiva da Instituição, da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia que intermediou, o processo de negociação entre Executivo e Judiciário. Felizmente hoje a gente já pode estar comemorando esse retorno destas pessoas. Uma outra questão importantíssima mais uma vez que nesse desenrolar final pelo menos na primeira etapa no dia 28 de Dezembro, que foi o pagamento da primeira ação dos funcionários públicos em relação ao retroativo do IPERON, quem acompanhava depois que nós aprovamos a primeira mensagem de orçamento se não me engano em maio de 2005, a expectativa é de que imediatamente as pessoas iriam receber. E eu tenho, eu acompanhei, acho que todos os 24 Deputados eram volta e meia questionados; sim, cadê ação do IPERON? E felizmente no dia 28 de Dezembro os servidores receberam pelo menos a primeira ação e receberam a primeira parcela. Quero registrar que está pendente ainda a segunda parcela da primeira ação e ainda, nós temos alguns milhares de servidores que não tinham sido atendidos na primeira ação judicial até porque grande parte deles não eram filiados aos seus sindicatos. E eu quero lembrar que essa primeira ação foi de 1996. Portanto 1996... para terminar a primeira parte da história do ano de 2005, quase 2006, para se ter uma idéia como as ações judiciais em sua grande maioria são demoradas. Mas eu acho que foi e ainda tivemos uma solução definitiva e positiva sem dúvida nenhuma em função da participação efetiva da Assembléia Legislativa, quando da aprovação e do direcionamento direto as ações a serem pagas dos retroativos do IPERON, eu acho que esse foi um ponto importante. E agora eu quero ter a certeza que esta Casa vai acompanhar para que todos os servidores tenham o direito para serem beneficiados. E o que nos chama agora para uma discussão sem dúvida nenhuma importante, é a famosa PEC da

transposição já aprovada no Senado Federal e agora ela esta na Câmara dos Deputados. Eu participei por um acaso eu estava passando próximo ao meio dia na Assembléia Legislativa e eu acompanhei uma reunião dos sindicatos com o Presidente da Assembléia Legislativa para o qual essa comissão solicitou que fosse realizado uma audiência pública para discussão da PEC da transposição. Qual a preocupação e qual argumento discutido e que sem dúvida nenhuma deverá ter uma participação efetiva da Assembléia Legislativa. Vejam senhores Deputados, PEC da transposição apresentada pela Senadora Fátima Cleide, ela garantia o enquadramento nos quadros considerado ex- Território no período de 1981 à 1991. Porém, uma emenda feita pelo Senador Aluisio Mercadante, ela tirou uma parcela de servidores contemplados onde diz o seguinte; as pessoas contratadas a partir da constituição de 88, elas não teriam mais direito de ingressarem nos quadros do ex-Território. Então essa foi a emenda aprovada, essa emenda proposta e em função disso, foi aprovado a emenda Constitucional no Senado. O que quê acontece? Nós temos uma proposta que nós sabemos que tramita na Câmara Federal, do Deputado Nilton Capixaba, já tem emenda se não me engano do Senador Valdir Raupp, discutida, ou de outros deputados, onde lá garante também a contratação, a garantia do pessoal de 1981 a 1991, é essa PEC que esta Câmara Federal, proposta pelo Deputado Nilton Capixaba, ela continua tramitando na Casa e essa que veio, que foi aprovada no Senado, ela está na Câmara dos Deputados e já com o compromisso até aqui no Estado de Rondônia, quando da visita do Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, ele se comprometeu há varias entidades de incluir logo no inicio na pauta de votações da Câmara Federal. O que as entidades fazem avaliações e querem discutir com os Deputados Federais e é claro a participação dos Deputados Estaduais para que a gente possa convencer os Deputados Federais de que nesse momento a melhor forma da gente garantir na primeira etapa uma parte significativa de servidores seria aprovar PEC da forma como ela esta na Câmara dos Deputados, sem emenda, porque se forem feitas emendas na Câmara dos Deputados essa PEC volta para o Senado. Então ela tem que voltar a tramitar tudo novamente no Senado, isso pode demorar um ano ou dois anos. Então há uma avaliação já por parte das entidades de que a gente discuta com os Deputados Federais que eles aprovelem essa na forma como está, para que a gente possa numa primeira etapa garantir, pelo menos uma economia ao Estado de Rondônia de no mínimo 15 milhões de reais mês. São esses os dados aproximados caso essa PEC seja aprovada. E colocar bem claro, a outra PEC que esta tramitando na Câmara dos Deputados, ela não fica inutilizada, ela não fica de fora, então deixa a outra tramitar e quando ela for aprovada com data até 1991, na Câmara dos Deputados, ela voltaria novamente para o Senado. O que quê significa isso? Que a gente poderia ter uma solução de uma parte ainda nesse ano e buscaríamos sem dúvida nenhuma a outra etapa se não nesse ano a votação na Câmara, mas para frente à questão da aprovação no Senado. Então acho que essa é uma questão importante, de que Assembléia faça, então por isso, a gente aproveita a oportunidade para que possamos participar da Sessão, ou mais precisamente, da Audiência Pública que deverá ser realizada aqui nesta Casa no dia 06(seis) de Março, é uma segunda-feira, porém a gente pode antecipar o nosso deslocamento para quem mora no interior e garantir então a presença no dia 06(seis) às 15 horas onde estarão sendo convidados todos os Deputados Federais para que se façam presentes, e para que esta Casa possa discutir com os Deputados Federais e com as entidades esses encaminhamentos que eles estão fazendo em relação à PEC da Transposição, que sem dúvida nenhuma seria um passo significativo na economia do nosso Estado e por consequência você vai ter mais recursos para investimento em infra-estrutura, investimento em saúde, investimento em agricultura, investimento em educação isso porque o recurso do Estado vai poder ser feito nessas áreas, uma vez que, a parcela de funcionários públicos seria absolvida pela União.

São essas as considerações Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Chico Paraíba)** - Encerrado o Grande Expediente, passemos às comunicações de liderança. Não há oradores inscritos.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

**O SR. DR. DESUDETE ALVES (4º Secretário)** – Procedendo à leitura da matéria.

#### ORDEM DO DIA

**- Requerimento da Mesa Diretora**, solicitando Audiência Pública para o dia 06 de Março às 15 horas para discutir a transposição dos servidores do Estado para a União.

**O SR. PRESIDENTE(Chico Paraíba)**- Em discussão o requerimento da Mesa Diretora. Não havendo discussão passaremos para a votação. Os Deputados que são favoráveis à Audiência Pública no dia 06 de Março, ou seja, numa segunda-feira, permaneçam como se encontram.

Aprovado. A matéria vai ao Expediente.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)** – Procedendo à leitura da matéria.

**- Indicação do Deputado Dr. Deusdete Alves:**

Indica ao Poder Executivo Estadual junto ao DEVOP a necessidade urgente de recuperação das pontes que ruíram entre os municípios de Seringueiras e São Miguel, BR 429.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica ao Poder Executivo Estadual junto ao DEVOP a necessidade urgente de recuperação de duas pontes que ruíram entre os municípios de Seringueiras e São Miguel, BR 429.

#### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

A presente indicação justifica-se na necessidade urgente da recuperação das pontes que ruíram, impedindo o tráfego para aquela região. Assim entendemos que se esta recuperação não acontecer com a maior brevidade possível inevitavelmente bloqueará o acesso da referida BR, naquele ponto.

Diante do exposto, espero merecer a compreensão dos nobres pares para aprovação da referida matéria.

Plenário das Deliberações, em 20 de setembro de 2005.  
Dep. Dr. Deusdete Antonio Alves.

**- Indicação do Deputado Deusdete Alves:**

Indica ao Poder Executivo a necessidade de duplicação da ponte do Rio Urupá na Estrada que liga o Distrito de Nova Londrina a sede do município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica ao Poder Executivo a necessidade de duplicação da ponte do Rio Urupá na Estrada que liga o Distrito de Nova Londrina a sede do município de Ji-Paraná.

#### JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,  
Srs. Deputados,

A solicitação em pauta justifica-se em razão do grande fluxo no tráfego naquela estrada, tendo apenas uma ponte muito estreita para atender aquela demanda. Vale ressaltar que grande parte do fluxo daquele movimento origina-se da

região do Vale do Guaporé e da BR 429, para aqueles que se dirigem a esta Capital pela BR 364 via Ji-Paraná.

Diante do exposto, espero merecer a compreensão dos nobres pares para aprovação da referida matéria.

Plenário das Deliberações, em 15 de janeiro de 2006.  
Dep. Dr. Deusdete Antonio Alves.

**- Indicação do Deputado Deusdete:**

Indica ao Poder Executivo a necessidade da iluminação pública nas ruas 22 de Novembro no trecho da Av. Marechal Rondon até o Hospital Regional no municipal de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica ao Poder Executivo a necessidade da iluminação pública na rua 22 de Novembro no trecho compreendido da Av. Marechal Rondon até o Hospital Regional no municipal de Ji-Paraná.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

A presente indicação é de suma importância para a comunidade do município de Ji-Paraná, uma vez que a referida via pública será transformada em Avenida (duas pistas) e obviamente por se tratar de iluminação na zona urbana, faz-se necessário a implementação deste serviço antes dos procedimentos com os trabalhos de asfaltamento.

Diante do exposto, espero merecer a compreensão dos nobres pares da aprovação da referida matéria.

Plenário das Deliberações, 15 de janeiro de 2006.  
Dep. Dr. Deusdete Antonio Alves.

**- Indicação do Deputado Deusdete:**

Indica ao Poder Executivo a necessidade de Iluminação Pública na Rua Vilagran Cabrita no trecho entre a Av. Ji-Paraná e a Av. Transcontinental (BR 364) na sede do Município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de iluminação pública na Rua Vilagran Cabrita no trecho compreendido entre a Av. Ji-Paraná e a Av. Transcontinental na sede do Município de Ji-Paraná.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

A presente indicação é de suma importância para a comunidade do município de Ji-Paraná, por tratar-se de uma Avenida que cruza a cidade que será transformada em Avenida (duas pistas) e obviamente por se tratar de iluminação na zona urbana, faz-se necessário a implementação deste serviço antes dos procedimentos com os trabalhos de asfaltamento.

Diante do exposto, espero merecer a compreensão dos nobres pares para aprovação da referida matéria.

Plenário das Deliberações, 15 de janeiro de 2006.  
Dep. Dr. Deusdete Antonio Alves.

**- Indicação do Deputado Deusdete:**

Indica ao Poder Executivo a necessidade da recuperação da ponte na linha 128, próximo a Linha 78 no PICOP (Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto) Setor Riachuelo no município de Ji-Paraná. Lido senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica ao Poder Executivo a necessidade da reconstrução de uma ponte na linha 128, próximo a Linha 78 no PICOP (Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto) Setor Riachuelo.

O tráfego pela Linha 128 próximo a Linha 78, encontra-se interrompido em razão das chuvas que caíram naquele setor e arrastou a ponte.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

A solicitação em pauta justifica-se por ser de suma importância a reconstrução imediata da ponte ora solicitada, pois grande parte dos moradores daquela região necessitam efetuar uma jornada prolongada, fazendo a volta por outra Linha em razão da interrupção do tráfego naquele ponto da Linha 128.

Diante do exposto, espero merecer a compreensão dos nobres pares para aprovação da referida matéria.

Plenário das Deliberações, 15 de janeiro de 2006.  
Dep. Dr. Deusdete Antonio Alves.

**- Requerimento da Mesa Diretora:**

Requer realização de Audiência Pública, dia 06 de março, às 15:00 horas, para discussão da transposição dos Servidores do Estado para o quadro da União.

Os Parlamentares que a presente subscrevem, requerem na forma regimental, a realização de uma Audiência Pública no Plenário desta Casa de Leis, a realizar-se no dia 6 de março do corrente ano, às 15:00 horas, com a finalidade de discutir o assunto transposição dos servidores do Estado para o quadro da União, devendo ser convidado a participar, toda a bancada federal do Estado de Rondônia.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando esta propositura, visando a realização de uma Audiência Pública, a fim de tratar de um assunto sobremaneira relevante, pois envolve um número significativo de servidores envolvidos na questão, os quais são diretamente interessado no assunto, como também diz é de interesse direto do Estado, uma vez que tal transposição, certamente redundará em uma economia substancial aos cofres estaduais, possibilitando assim ao governo investir de forma mais acentuada em obras e realizações do Estado.

Razão pela qual, solicitamos dos Nobres Pares o apoio e o voto, a fim de aprovarmos o nosso requerimento.

Plenário das Deliberações, 16 de fevereiro de 2006.

Dep. Carlão de Oliveira - Presidente

Dep. Kaká Mendonça – 1º Vice-Presidente

Dep. Haroldo Santos – 2º Vice-Presidente

Dep. Chico Paraíba – 1º Secretário

Dep. Ellen Ruth – 2ª Secretária

Dep. João da Muleta – 3º Secretário

Dep. Dr. Deusdete Alves – 4º Secretário

Lido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE(Chico Paraíba)**- Encerrada a Ordem do Dia. Não há matérias para deliberar.

Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão convoco outra Ordinária para o dia 21 do corrente no horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 10 horas e 18 minutos).**



<b>ATOS DIVERSOS</b>
----------------------

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 23 DE MARÇO DE 2006.**

Aprova o encaminhamento de Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional, na forma do artigo 60, III, da Constituição da República.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** decreta:

**Art. 1º.** Fica aprovado o encaminhamento ao Congresso Nacional de Proposta de Emenda à Constituição, constante do anexo único a este Decreto Legislativo, nos termos do artigo 60, III, da Constituição da República.

**Art. 2º.** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 23 de março de 2006.

**Deputado Carlão de Oliveira**  
Presidente

**ANEXO ÚNICO**

**AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL**, nos termos do § 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional.

**Art. 1º.** O § 4º do artigo 18 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, passa a ter a seguinte redação:

**Art. 18.....**  
.....

§ 4º. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual até 12 (doze) meses antes da realização das eleições municipais e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito à população da área diretamente interessada, após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal a serem apresentados e publicados na forma da lei complementar estadual, que estabelecerá critérios a serem atendidos, observados os seguintes requisitos mínimos apurados em relação ao respectivo Estado:

I – população superior à média populacional dos 10% (dez por cento) dos municípios do Estado, considerando em ordem decrescente os de menor população;

II – número de imóveis na sede do aglomerado urbano que sediará o novo município, superior à média de imóveis de 10% (dez por cento) dos municípios do Estado, considerando em ordem decrescente os de menor população;

III – arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

IV – distância mínima de 10 (dez) quilômetros entre os centros geográficos do município mãe, em relação ao que sediará o novo município”.

**Art. 2º.** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**RESOLUÇÃO Nº 118/06**

Disciplina a concessão de auxílio alimentação aos Gabinetes de Deputados, Secretarias Geral, Administrativa e

Legislativa, Procuradoria Geral, Departamentos de Recursos Humanos e Financeiro, DEPOL, Imprensa e Serviços Gerais.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º.** Os Gabinetes de Deputados, Secretarias Geral, Administrativa e Legislativa, Procuradoria Geral, Departamentos de Recursos Humanos e Financeiro, DEPOL, Imprensa e Serviços Gerais, farão jus a uma quota mensal de até R\$ 1.000,00 (mil reais) com alimentação.

**Art. 2º.** A verba de que trata o artigo anterior, destina-se exclusivamente a suprir despesas com alimentação dos Gabinetes dos Deputados e servidores do Poder Legislativo, desde que em serviço no horário destinado ao repouso.

**Art. 3º.** Os *tickets* refeições serão utilizados no restaurante da Assembléia Legislativa, ficando a Secretaria Geral responsável pelo controle e distribuição.

**Art. 4º.** A quota mensal deverá ser repassada aos beneficiários até o 5º dia útil de cada mês, condicionada à prestação de contas da quota referente ao mês anterior.

**Art. 5º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 23 de março de 2006.

**Deputado Carlão de Oliveira**  
Presidente

**ATO Nº 003/MD-DF/2006**

Promove o remanejamento ou transposição de dotações orçamentárias de elementos de despesas do orçamento, no exercício de 2006.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais, consoante dispõe o Artigo 11, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

**RESOLVE**

**Art. 1º -** Promover a transposição ou remanejamento de dotações, para atender despesas de Custeio, conforme discriminação a seguir:

P/A	ELEMENTO DESPESA	SUPLEMENTA (+)	CANCELA (-)
2.067	339036	85.000,00	-
2.065	339036	15.000,00	-
2.062	339036	150.000,00	-
2.519	339046	-	250.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>250.000,00</b>	<b>250.000,00</b>

**Art. 2º -** Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 14 de março de 2006.

**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA**  
Presidente

**FRANCISCO CARVALHO DA SILVA**  
1º Secretário

**JOÃO BATISTA DOS SANTOS**  
3º Secretário